



## **Uma análise bibliométrica da produção dos programas *Stricto Sensu* gaúchos em Planejamento Urbano e Regional nos últimos cinco anos**

**Martinho Luís Kelm**

**Catia Raquel Felden Bartz**

**Jéssica Casali Turcato**

**Alexandre Chapoval Neto**

### **Resumo**

O presente estudo tem por objetivo identificar e sistematizar elementos que compõem a matriz epistemológica das dissertações de mestrado e teses de doutorado dos programas gaúchos de pós-graduação *stricto sensu* em Planejamento Urbano e Regional. A pesquisa caracteriza-se como bibliométrica descritiva, apresentando elementos epistemológicos de 237 trabalhos, no período de 2012 a 2016 dos programas mantidos pelas instituições de ensino superior UNISC, UNIJUI e FACCAT. Os objetivos específicos para o desenvolvimento das análises selecionadas foram: propósito da pesquisa, abordagem da pesquisa e técnicas de coleta de dados. Os resultados evidenciaram que 89,4% dos egressos optaram pela realização de estudos de casos e em 98% das dissertações e teses os autores as classificam como qualitativa ou quali-quantitativa, sendo que a inferência a partir da percepção de atores sociais pesquisados é o modo majoritário de análise dos dados. Na análise da coleta de dados, os resultados apontam a preferência dos egressos e seus orientadores, pelas técnicas bibliográficas, entrevista e documental. Na análise da matriz epistemológica observou, em diversos trabalhos, uma certa vulnerabilidade ou fragilidade metodológica, com uma ênfase nas técnicas e um espaço de aprofundamento nos métodos.

**Palavras Chave:** Matriz epistêmica, planejamento urbano e regional, programas *stricto sensu*



## 1 Introdução

A formação de mestres e doutores no Brasil tem avançado de um modo bastante robusto nos últimos anos. Segundo a base Coleta Capes 1996-2012 e a Plataforma Sucupira 2013-2014, no ano de 2000 o Brasil havia formado 5.241 doutores e 18.029 mestres, já em 2014, o número de doutores formados somente neste ano foi de 16.729 e o número de mestres se elevou para 50.206. Esta evolução é sem dúvida positiva e gera um ciclo virtuoso no sistema da pós-graduação *stricto sensu*, na medida em que a formação de novos doutores viabiliza paulatinamente que a oferta de cursos de mestrado e doutorado possam romper uma concentração histórica nos grandes centros e áreas metropolitanas e as comunidades do interior possam ter acesso mais facilitado a cursos de qualidade nas diversas áreas do conhecimento. O caráter virtuoso deste processo também se manifesta pela possibilidade de formação regular de quadros para a atuação no ensino fundamental, médio e, principalmente, na educação superior, nos programas acadêmicos, e também na qualificação do campo profissional desenvolvida nos programas profissionais.

Um aspecto adicional que “deveria” compor este ciclo virtuoso refere-se à produção científica resultante das diversas linhas de pesquisa que configuram o sistema nacional de pós-graduação no Brasil. Seja por meio das produções publicadas em periódicos, anais de eventos, capítulos de livros ou as dissertações e teses, estas produções deveriam contribuir, não somente para a formação acadêmico-profissional dos atuais e futuros pesquisadores vinculados aos diversos programas de pós-graduação (PPGs), mas também impactar de algum modo no estoque, sempre provisório, de conhecimento de cada área.

A realidade, entretanto, nem sempre se apresenta deste modo. A pressão na alimentação dos currículos e elevação do IndProd tem levado a uma ênfase na quantidade de publicações, inclusive com uma postura muitas vezes coniventes do sistema com relação ao “autoplágio”, e uma relativização da qualidade das produções e publicações, principalmente se analisadas na perspectiva do impacto social e científico. Na área das ciências sociais aplicadas está assertiva se confirma na quantidade de Estudos de Caso que não conseguem gerar um acúmulo de



conhecimento ou em dissertações e teses que nunca irão gerar interesse para além de se constituir um instrumento formal para obtenção do título, como retratado sistematicamente na folha de rosto destas produções.

Embora a confecção de dissertações e teses como estratégia de formação de docentes e de pesquisadores já seja uma contribuição relevante ao desenvolvimento do ensino superior brasileiro, é possível desejar um passo além, dentro das especificidades de cada área de conhecimento. Um caminho talvez seja uma ação mais integrada dos diversos grupos de pesquisa e pesquisadores que estruturam os PPGs, como vem sendo solicitado por órgãos como Capes e CNPq, e uma análise mais sistemática de suas produções, principalmente em termos de dissertações e teses. Neste sentido, este artigo se propõe a contribuir neste debate realizando um levantamento da produção de dissertações e teses de uma área específica de conhecimento, a área de avaliação Capes Planejamento Urbano e Regional / Demografia – PUR / Demo, especificamente nos PPGs do estado do Rio Grande do Sul da subárea Planejamento Urbano e Regional.

O estado do Rio Grande do Sul possui atualmente três programas recomendados pela Capes, todos ofertados por Instituições Comunitárias de Ensino Superior. O primeiro programa ofertado no estado, vinculado a Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, teve o início de suas atividades no ano de 1994 para o curso de mestrado e em 2005 para o curso de doutorado. O segundo programa gaúcho nesta área é oferecido pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS – UNIJUÍ, e teve início com o curso de mestrado no ano de 2002 vinculado naquele momento à área Interdisciplinar com a denominação de Diretos Humanos, Cidadania e Desenvolvimento Regional. No ano de 2015 o programa migra para a área PUR / Demo e em 2016 inicia seu curso de doutorado. O terceiro programa do estado é ofertado com um curso de mestrado a partir do ano de 2013 pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Sem desprezar a contribuição de qualquer área de conhecimento, o debate sobre o desenvolvimento regional gaúcho, promovido a partir de um conjunto de instituições comunitárias que viabilizam a oferta destes três cursos, se por um lado é



absolutamente estratégico dada as dificuldades de desenvolvimento de um estado com um grande potencial agrícola e industrial, também é um debate desconfortável para estas próprias instituições na medida em que a academia tem tido dificuldades de ultrapassar a fase do diagnóstico situacional e contribuir, de modo mais objetivo, a este processo de desenvolvimento.

Por outro lado, deve-se reconhecer que o termo “desenvolvimento” efetivamente possui um caráter polissêmico permitindo várias e legítimas conceituações, o que dificulta uma especificação mais objetiva do termo e a definição de algumas proposições. Esta característica polissêmica se dá inicialmente pelas diversas dimensões que podem conformar um conceito aplicado do termo, que vai desde uma perspectiva política, quando se poderia buscar uma elevação da participação e deliberação acessível de comunidades na definição de seu futuro. O conceito também poderia ser debatido sob a perspectiva da disponibilidade e acesso a bens culturais, ou ainda avançar para a disponibilidade de tecnologias que já se converteram em serviços de primeira necessidade, somente para mencionar algumas possibilidades.

Mas esta fluidez no conceito também é determinada pela evolução e complexificação do que se poderia entender como um território desenvolvido, ou seja, deve-se considerar um ciclo permanente onde necessidades supridas geram novas necessidades em um processo recorrente. Apesar desta complexidade, transparece algumas vezes que a não especificação do conceito de desenvolvimento poderia ser conveniente para alguns pesquisadores, pois desta forma viabilizaria, de acordo com um ou outro objetivo/resultado de pesquisa, a concepção de conceitos *ex-post* que corroborassem determinados resultados. O problema desta última situação (que embora não justifique, pode explicar algumas dissertações e teses) é que se teria dificuldades em contribuir com consistência ao conhecimento científico visto que os dados poderiam se tornar demasiadamente frágeis, e algumas vezes falaciosos, gerando resultados de pesquisas conflitantes e que culmina em uma maior dificuldade em produzir acúmulo de conhecimento.



O presente estudo se insere neste grande debate e tem como objetivo realizar uma primeira análise de elementos que compõe a matriz epistemológica das dissertações de mestrado e teses de doutorado dos programas gaúchos de pós-graduação *stricto sensu* em Planejamento Urbano e Regional. O artigo está estruturado em três tópicos além desta introdução. No próximo tópico são apresentados os elementos teóricos que se considerou necessários ao desenvolvimento do estudo, abarcando uma breve descrição da área de Planejamento urbano e regional / demografia e a caracterização das instituições comunitárias. Na sequência são trazidos os conceitos epistemológicos fundamentais que geraram as categorias descritivas do estudo. No segundo tópico são apresentados e comentados os resultados do estudo para finalizar, no último tópico, com as considerações finais e referências bibliográficas.

## 2 Fundamentos teóricos

### 2.1 A área de planejamento urbano e regional / demografia e as Instituições Comunitárias de Ensino Superior

Segundo o documento de área de avaliação da Capes (2013) em Planejamento Urbano e Regional / Demografia, a área constituiu-se no início da década de 1970, em pleno regime militar como uma subárea no intuito de formar profissionais para a formulação e implantação de políticas de desenvolvimento urbano e regional. Os cursos a ela vinculados foram sendo timidamente ampliados, mas somente nos primeiros anos do século XXI sentiram um crescimento mais expressivo. De acordo com o retratado na Plataforma Sucupira (2017), existem atualmente 48 programas recomendados no país com a oferta de 64 cursos. Dos cursos em Planejamento Urbano e Regional, 37 são em nível de mestrado, 18 de doutorado e 9 mestrados profissionais.

Uma característica marcante deste conjunto de cursos é a interdisciplinaridade imanente a sua constituição e que, mais do que se aparecer como premissa advogada pelo documento de área, amplifica significativamente as possibilidades de investigação



conduzidas pelos diversos cursos e permite contemplar, seja em termos de métodos ou abordagens, a complexidade do próprio processo de desenvolvimento regional.

Segundo o documento de área Capes (2013, p.5-6), existem

...duas expressões diferentes da interdisciplinaridade que, no fundo, constituem uma mesma vertente de interpretação: por um lado, a interdisciplinaridade é entendida como diálogo entre disciplinas científicas com a finalidade de aprofundar e ampliar os conhecimentos disciplinares de objetos; ou, por outro lado, realizar pesquisa interdisciplinar está definido a partir de um campo da pesquisa temática que se opõe à assimilações progressivas de diferentes disciplinas. Neste caso, se reconhece a especificidade disciplinar, mas adota uma espécie de colaboração deliberada entre os saberes disciplinares, sobre temas previamente definidos. [...] A segunda vertente parte do pressuposto que a interdisciplinaridade não pode ser concebida sem levar em conta as condições sociais e materiais de uma determinada época, em particular do modo de produção vigente. A interdisciplinaridade como produto histórico precisa ser compreendida dentro exatamente do contexto e das determinações históricas. Esse contexto leva à construção histórica e social de objetos por meio de uma tensão entre os sujeitos pensantes e os condicionamentos que influem neste pensamento (sua “materialidade”)

Desta forma, do mesmo modo como abre-se a possibilidade de muitos olhares sobre uma determinada problemática, cabe também aos programas e seus pesquisadores superar o desafio da fragmentação que pode surgir deste tipo de abordagem. Esta fragmentação, se ocorrer, pode ser na perspectiva de cada pesquisa, dissertação e tese elaborada, mas também pode ocorrer dentro dos programas, o que dificulta novamente a geração de um acúmulo de conhecimento que possa subsidiar a concepção e implementação de políticas públicas que poderiam reduzir as desigualdades regionais e produzir processos de desenvolvimento.

Analisando especificamente a oferta destes programas no Rio Grande do Sul, parece também que não seja coincidência que as três ofertas recomendadas pela Capes sejam realizadas por instituições comunitárias e não localizadas nas regiões metropolitanas do Estado. Este processo de interiorização é típico deste modelo organizacional que se caracteriza por uma grande permeabilidade entre necessidades de comunidades locais, produção de conhecimento e formação profissional. Estas instituições comunitárias de educação superior surgem no início do século passado, com uma grande concentração no estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina a



partir de um quadro que, Frantz e Silva (2002) explicam com base na falta de motivação do Estado para à implantação de universidades fora das regiões metropolitanas e da falta de interesse da iniciativa privada, seja por dificuldades legais, seja por falta de potencial financeiro da região em remunerar adequadamente os investimentos. Surgem então as universidades comunitárias que representam uma ampliação da esfera pública para comunidades que nunca abriram mão de oferecer uma educação de qualidade a seus filhos.

Independentemente dos fatores que lhe deram origem, com o passar do tempo, o modelo de universidade comunitária adquiriu consistência no cenário nacional, principalmente a partir da promulgação da Constituição de 1988, que explicitou sua configuração. Na mesma linha, a Lei de Diretrizes e Bases da educação - LDB (1996), ao segregar as instituições de ensino em públicas e privadas, distingue as últimas em quatro modalidades: a empresarial, a confessional, a filantrópica e a comunitária. Atualmente o Ministério da Educação – MEC especifica como Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) aquelas organizações da sociedade civil que possuem, conforme previsto na Lei nº 12.881/2013, cumulativamente, as seguintes características: (i) estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público; (ii) patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; (iii) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (iv) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; (v) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; (vi) possuem transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei nº 12.881/2013; e (vii) preveem a destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênere.

## 2.2 Bases epistemológicas das pesquisas

De acordo com Faria (2012, p.3), a epistemologia tem como objeto “o saber científico, tecnológico e filosófico, visando a explicar os seus condicionamentos



(técnicos, históricos, sociais, lógicos, matemáticos ou linguísticos), organizar e sistematizar as suas relações, esclarecer os seus vínculos e avaliar os seus resultados e aplicações”, ou seja, envolve o processo de apreensão do conhecimento utilizado por cada pesquisador em cada pesquisa.

Adicionalmente, a investigação científica e seus resultados, reflete sempre uma concepção de realidade presente na mente do pesquisador. Esta concepção de realidade está relacionada às questões filosóficas que, segundo Hughes (1980), também determinam todo o instrumental metodológico da pesquisa e encontra-se inextricavelmente permeado de compromissos para com as versões particulares daquele que as utiliza. Desta forma, a definição dos métodos e técnicas de pesquisa a serem utilizados decorre deste posicionamento filosófico.

A orientação filosófica refere-se aqui à postura teórica do investigador (MINAYO, 1995), às suas concepções básicas em relação à natureza do fenômeno a ser investigado (MORGAN, 1980, p.491), sua concepção ontológica (afirmações a respeito daquilo que existe) e a própria concepção epistemológica (afirmações de como o conhecimento é apreendido). Segundo Hughes (1980), é possível determinar duas orientações filosóficas determinantes da pesquisa científica, o positivismo e o humanismo.

Na orientação positivista, que tem como um dos grandes referenciais históricos os escritos de Comte, entende-se que os fenômenos estão sujeitos a um conjunto de leis invariáveis, tanto na ciência natural quanto nas sociais, as quais compartilhariam dos mesmos fundamentos lógicos e metodológicos. A visão determinista da realidade a restringe àquilo que os sentidos podem perceber. O mundo opera segundo leis rigorosas e, portanto, possui uma estrutura que pode ser revelada por instrumentos de pesquisa apropriados, de modo quantitativo e formal. Com relação aos fenômenos mentais, a concepção positiva entende que estes podem ser igualmente observados, para todas as intenções e propósitos, pelo estudo das manifestações comportamentais exteriores correspondentes.

Na alternativa humanista, que acaba abarcando a totalidade de pesquisas dos programas gaúchos de Desenvolvimento Urbano e Regional, segundo Hughes (1980),





o conhecimento de pessoas somente pode ser obtido por de procedimentos interpretativos, fundamentados na recriação das experiências de outros. O mundo sócio histórico é um mundo simbólico, criado pelo espírito humano e não pode ser entendido simplesmente como uma relação entre coisas materiais. Segundo Hughes (1980, p.73), “os produtos humanos encarnam valores e são estes que precisam ser entendidos pelo cientista social, a fim de dar sentido a constelações singulares que constituem a história humana”. Conforme o mesmo autor, o que distingue as ciências naturais e sociais é que, na última, os seres humanos são tanto sujeito quanto objeto da investigação, o que significa que o conhecimento da sociedade e dos processos de desenvolvimento são uma forma de auto-conhecimento, e uma vez que a essência da interação social está nos significados individuais de agentes, toda a análise social válida deve remeter a estes agentes.

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Elementos Constitutivos</b>	<b>Descritor</b>
<b>Produção do Conhecimento</b>	Concepção do Conhecimento	O que é e como se produz (se cria, se constrói) o conhecimento científico, filosófico e tecnológico?
	Percepção Imediata da Realidade	Como a realidade aparece imediatamente à consciência, ou seja, qual a impressão inicial que o pesquisador tem do objeto de pesquisa?
	Concepção da Realidade Social	Como a realidade social é concebida e como a mesma pode ou não condicionar a construção do conhecimento?
	Cognoscibilidade do Mundo	Se e de que forma o mundo exterior pode ser conhecido pelo sujeito (perfeitamente; relativamente; topicamente)?

**Quadro 1:** Matriz Epistemológica da Categoria: Produção do Conhecimento

**Fonte:** Faria (2015, p.4)

Conforme retratado no quadro 1, Faria (2015) detalha esta etapa de produção do conhecimento em quatro elementos constitutivos envolvendo a concepção, o modo como a realidade é percebida, a concepção de realidade social tomada pelo pesquisador e o processo de cognoscibilidade do mundo. Esta categoria de análise terá leituras diferentes de acordo com a dimensão epistemológica adotada pelo pesquisador. Entende-se por dimensão epistemológica os elementos constitutivos independentes necessários para descrever o espaço epistêmico que se está definindo



e que Faria (2015) segrega em positivismo, pragmatismo, funcionalismo, estruturalismo, fenomenologia e materialismo histórico.

Em decorrência deste primeiro conjunto de premissas epistêmicas, caberá então ao pesquisador definir o método de investigação que deverá guardar coerência, dentro de cada dimensão epistêmica, com as premissas anteriores e com as técnicas que serão utilizadas para a coleta dos dados. Faria (2015) apresenta um detalhamento dos diversos elementos constitutivos e descritores que deveriam ser de domínio do pesquisador e estar claramente especificados em cada estudo, retratado no quadro 2, a seguir:

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Elementos Constitutivos</b>	<b>Descritor</b>
<b>Método de Investigação</b>	Método de Produção e Análise	Qual o processo utilizado para produzir conhecimento sobre o objeto (indutivo ou dedutivo) e para analisá-lo?
	Objetivo do Método	Que propósito se pretende alcançar ao realizar uma investigação, uma pesquisa ou um estudo?
	Relação entre Pensamento e Realidade	Como se estabelecem as relações entre a realidade e o pensamento? Como se dá a representação mental da realidade concreta, objetiva e subjetiva (qual a primazia na relação entre o sujeito e o objeto)?
	Relação entre Essência e Aparência dos Fenômenos	Como o conjunto de qualidades e atributos que caracterizam um fenômeno se defronta com suas condições circunstanciais ou aparentes?
	Relação entre Sujeito/Consciência e Objeto/Matéria	A relação entre sujeito e objeto deve suprimir a diferença mantendo a identidade de ambos, deve manter a distinção como garantia de imparcialidade ou deve formar uma unidade como garantia da validade intrínseca do conhecimento?
	Relação entre Objetividade e Subjetividade no trato do Fenômeno	Como a realidade exterior capturada pela consciência se relaciona com a realidade psíquica, emocional e cognitiva sem comprometer a apropriação do real pelo pensamento?

**Quadro 2:** Matriz Epistemológica da Categoria: Método de Investigação

**Fonte:** Faria (2015, p.4)

Talvez esta seja a categoria de análise que resente-se das maiores fragilidades e inconsistências em diversas pesquisas observadas. Estas inconsistências não são necessariamente por divergências teóricas, mas pelo modo como esta categoria é apresentada principalmente nas dissertações, o que poderia sinalizar um déficit de formação de muitos mestres e alguns doutores na etapa de conclusão de seus estudos.



A terceira categoria epistêmica refere-se às técnicas de pesquisa propriamente ditas, com a definição da unidade de análise (estudo de caso individual ou múltiplo, dimensão social e macrossocial), o tipo de estudo (exploratório, descritivo, explicativo), a perspectiva de coleta e análise dos dados (longitudinal, histórico ou *cross-sectional*), o uso de abordagem qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa, a demarcação do campo empírico, técnica de coleta e análise de dados da realidade (documental, entrevistas, questionários, grupo focal, história de vida, análise de discurso, hermenêutica).

Analisando as produções dos programas em Planejamento Urbano e Regional do Rio Grande do Sul, mas cujas observações provavelmente também poderiam ser estendidas para outras áreas de avaliação de Programas, principalmente às ciências sociais aplicadas, observa-se muitas vezes uma exaustiva descrição dos aspectos técnicos da pesquisa, como se isto estivesse contemplando toda matriz epistêmica a ser empregada em cada estudo. Esta característica acaba ampliando sistematicamente a quantidade de dados e diagnósticos sobre o desenvolvimento sem necessariamente ampliar o conhecimento sobre este processo. Como afirma Mattedi (2015), “...a relação entre desenvolvimento e região constitui uma realidade estudada por muitos pesquisadores, porém são poucos pesquisadores que utilizam o desenvolvimento regional para estudar a realidade”.

### 3. Metodologia da pesquisa

A presente pesquisa é bibliométrica descritiva, retratando elementos da matriz epistemológica das dissertações e teses produzidas nos três programas de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional do Rio Grande do Sul do período de 2012 a 2016. Os programas são mantidos por três universidades comunitárias laicas do interior gaúcho, a UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, a UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do RGS e FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara.

A pesquisa envolveu a verificação de 237 trabalhos onde foram analisados o resumo, a introdução, a metodologia e as conclusões. Para realizar a categorização que será apresentada na sequência, os autores do estudo analisaram, em conjunto, as

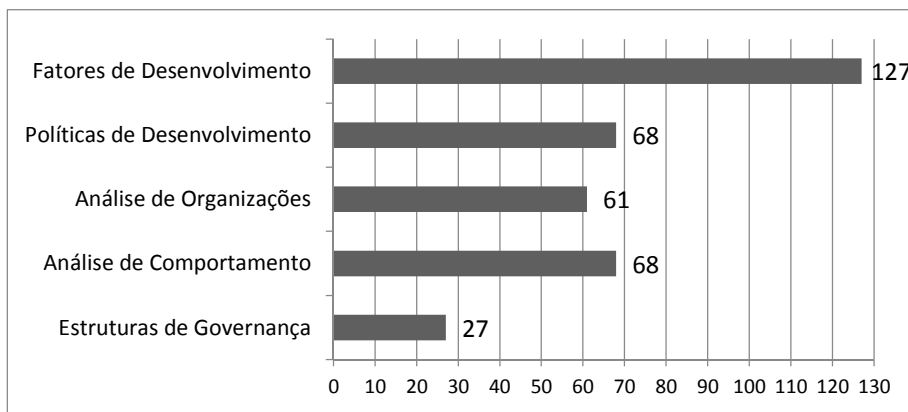


categorias da matriz epistêmica proposta por Faria (2015), sendo realizada a homogeneização de cada conceito e, a partir de então iniciaram-se as verificações. Com exceção das categorias vinculadas aos objetivos de cada estudo, as demais classificações são aquelas identificadas explicitamente em cada trabalho pelos seus autores.

#### **4 Apresentação e análise dos resultados**

Este tópico apresenta e comenta os principais dados derivados da pesquisa do conjunto de dissertações e teses que totalizou 237 trabalhos, sendo 102 da Unisc, 111 da Unijuí e 24 da Faccat, instituição que possui o curso recomendado há apenas quatro anos. Deste universo, houveram 44 teses de doutorado defendidas no período exclusivamente do curso ofertado pela Unisc, visto que na Unijuí, mesmo possuindo um doutorado recomendado, o primeiro ingresso ocorreu no ano de 2016, não havendo nenhum estudo concluído até o momento.

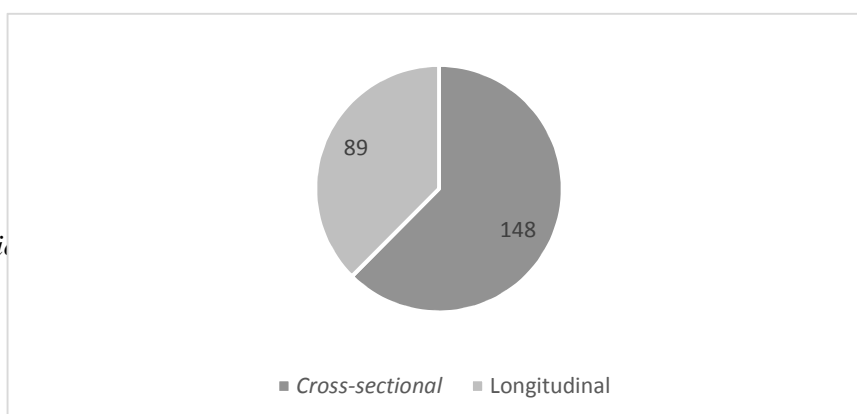
Um dos primeiros itens analisados foram os objetivos de cada estudo, entendido aqui como o propósito da pesquisa. Para este item foram organizados pelos autores do artigo cinco grandes categorias de objetivos que surgem no próprio processo de execução da pesquisa. Deve-se alertar que algumas pesquisas atendem a mais de um objetivo, o que faz com que o montante de classificações ultrapasse o universo pesquisado. A primeira categoria foi denominada de “Fatores de Desenvolvimento”, com destaque para o turismo, desenvolvimento tecnológico, educação, produtos ou serviços vinculados a cultura, qualificação e disponibilidade de mão de obra, externalidades locais e especificidades negociais. Nesta categoria foram identificados 127 estudos dos quais 92 trabalhos basearam suas análises na percepção de atores, que foram coletadas por meio de entrevistas e/ou questionários e somente 7 trabalhos do total desafiaram-se a apresentar sugestões objetivas, ficando as demais na dimensão de descrição de determinadas situações.



**Gráfico 1:** Frequência de Dissertações e Teses com Relação ao Objetivo do Estudo  
**Fonte:** Elaborado pelos autores

O segundo grupo desta categoria foram os estudos que tiveram como objetivo analisar as “Políticas de Desenvolvimento”, com destaque para os programas governamentais, fomento/análise de cadeias produtivas regionais, ação de órgãos reguladores, gestão social, com um total de 68 trabalhos, dos quais 48 estudos basearam-se na análise da percepção de um conjunto de atores sobre estas políticas. Com relação a estudos da categoria “Estudo de Organizações”, estes aprofundaram especialmente estudos sobre relações com o mercado, responsabilidade social, recursos humanos, processos de comunicação e marketing, inovação, competências, competitividade, modelos organizacionais, estratégias, funções da administração, o impacto de políticas públicas, para mencionar alguns. Neste grupo houveram 61 trabalhos sendo que 58 destes trabalhos envolveram análise de percepção por meio de questionários ou entrevistas.

A quarta categoria vinculada aos objetivos foi denominada de “Análise de Comportamento” e envolve estudos sobre estratos sociais vinculado a gênero, idosos, meio ambiente, criatividade, contexto urbano/rural, entre outros, com um conjunto de



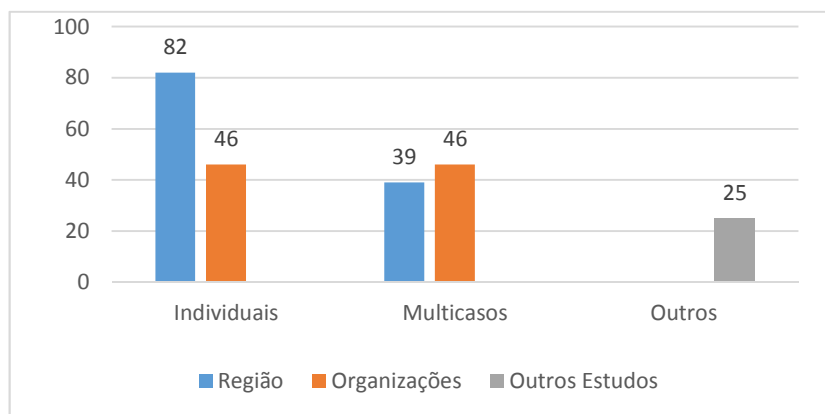


29 trabalhos nestes cinco anos, sendo que 26 destes envolveram análise de percepção. Finalmente, houveram 27 estudos sobre temas vinculados a categoria “Governança Corporativa e Territorial” tendo como objeto temas como Coredes, arranjos produtivos, incubadoras, redes de cooperação e clusters, para mencionar alguns.

**Gráfico 2:** Frequência de Período de Estudo utilizado

**Fonte:** Dados coletados da pesquisa

Do total de estudos realizados, 62% foram desenvolvidos dentro de um recorte temporal denominado de *cross-sectional*, em contraposição aos estudos longitudinais ou históricos. Este percentual é coerente ao ser verificado que as principais técnicas de coleta de dados foram questionários e entrevistas buscando-se identificar as percepções dos sujeitos abordados sobre o tema em análise, o que tende a ser uma



análise de períodos determinados.

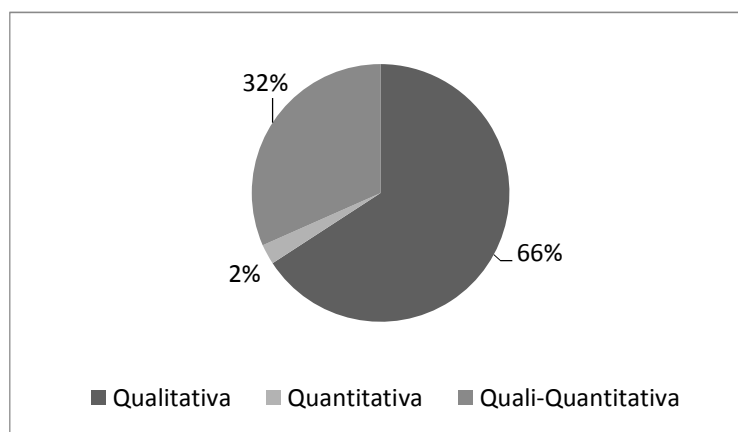
**Gráfico 3:** Frequência de tipos de Estudo de Caso

**Fonte:** Dados coletados da pesquisa

Com relação a unidade de análise (Gráfico 3), 89,4% dos estudos se deram a partir de Estudos de Caso totalizando 212 dissertações e teses. Deste total, houveram 121 estudos onde o foco foi uma ou mais regiões, as quais foram investigadas por meio de estudos de caso individual ou multi-caso, e 92 estudos onde a unidade de análise foi uma ou mais organizações. Somente 25 trabalhos não tomaram um caso específico para a análise e realizaram estudos de cunho teórico.



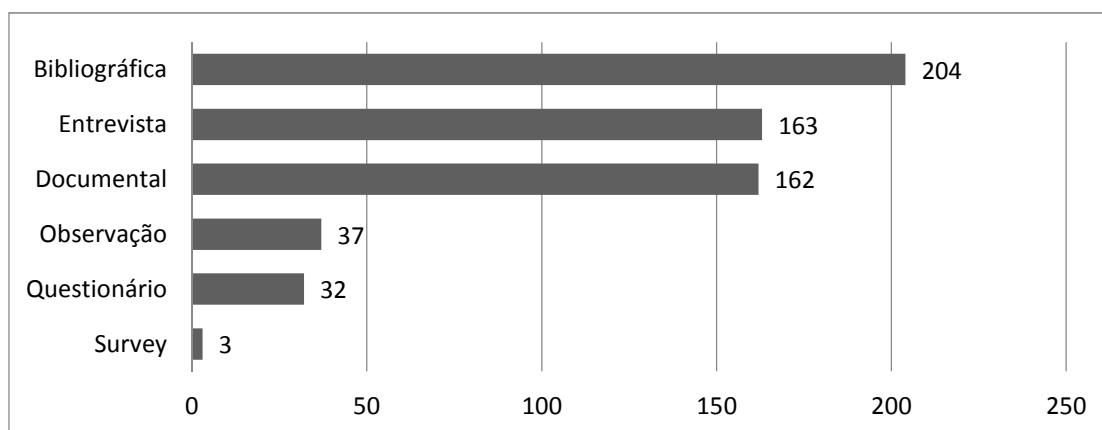
Com relação a abordagem das pesquisas, há uma predominância de pesquisas qualitativas ou quali-quantitativas, conforme retrata o Gráfico 4, o que também é convergente com a principal técnica de coleta que são os questionários e entrevistas. Com relação as pesquisas quali-quantitativas, a dimensão quantitativa na grande maioria refere-se a técnicas básicas de estatística descritiva aplicada sobre escalas de percepção, geralmente Likert ou técnica delphi.



**Gráfico 4:** Frequência de Abordagem da pesquisa

**Fonte:** Dados coletados da pesquisa

Com relação as técnicas de coleta de dados (Gráfico 5), na grande maioria dos estudos (204 trabalhos) os autores afirmam utilizar-se de pesquisa bibliográfica e, mesmo que não explicitado pelo autor, provavelmente a totalidade dos estudos partem de uma fundamentação teórica como foi possível observar em consultas daqueles materiais que não explicitavam este elemento na metodologia. A pesquisa documental também foi bastante mencionada o que é convergente dada a grande quantidade de estudos de caso encontrados nestes trabalhos. Outras duas técnicas com frequência elevada foram o uso de entrevistas e questionários, o que também reforça o perfil da maioria dos estudos em termos de identificação da percepção de diversas classes de atores com relação ao objeto de estudo.

**Gráfico 5:** Técnicas de Pesquisa

**Fonte:** Dados coletados da pesquisa

Se, entretanto, for analisada a matriz epistemológica, a partir de Farias (2015) poder-se-á observar que nas categorias “Produção de Conhecimento” e “Método de Investigação”, existem fragilidades que vão desde a não especificação de elementos até a existência de inconsistências entre os aspectos ontológicos, epistemológicos e a metodologia empregada. Obviamente também foram encontrados diversos estudos adequadamente estruturados, principalmente nas teses de doutorado. Apesar disto, com intuito de não produzir um retrato equivocado desta dimensão, optou-se em não detalhar os dados desta dimensão de análise, apesar de muitos trabalhos apresentarem a “opção por um método” que, porém, não resiste a uma análise mais acurada. Parece sintomático que, das 193 dissertações de mestrado produzidas nos últimos cinco anos por estes programas, 169 trabalhos se autodenominam, quase que protocolarmente, de exploratórios, descritivos ou ambos.

Apesar disto, e não seguindo fielmente o especificado pelos autores, mas baseando-se na leitura dos resumos, introdução, metodologia e considerações finais dos estudos, pôde-se observar que, em termos gerais, uma parte significativa de estudos da área são de caráter funcionalista, que segundo Farias (2015, p.12), toma a realidade como surgindo de um sistema de natureza orgânica com relações funcionais





de cada um de seus elementos. Conforme o mesmo autor, os componentes básicos desta realidade são "... a economia, o sistema político, a família e o sistema educativo em geral, com seus valores e crenças bem definidos. Estes componentes atuam por interação, tendo a capacidade de adaptação para enfrentar os imprevistos e as exigências de mudança que surgem". Se analisadas as técnicas de pesquisa que surgem com maior frequência a partir deste artigo, os estudos de caso, análise documental e entrevistas, estas são coerentes com o método que transparece como majoritário nas dissertações e teses investigadas.

Dentro desta matriz epistemológica, caberia ao pesquisador estabelecer as vinculações funcionais entre as diversas partes e elementos deste macro sistema e compreender a dinâmica destas relações. Se este papel algumas vezes é atendido em termos de estudo individual, o estabelecimento de relações funcionais com resultados de outras pesquisas do gênero tem sido pouco observado, geralmente não passando de uma etapa preliminar de levantamento do que já foi investigado sobre o tema, sem um retorno sistemático aos resultados no sentido de reforçar ou contrapor novas elaborações teóricas.

Em diversos casos, que obviamente não cabe aqui especificar, esta convergência não surge com tanta consistência e a metodologia é bastante subestimada e muitas vezes encarada com um frágil rigor científico. Este debate não é exclusivo desta área de conhecimento visto que, ao analisar as pesquisas de programas *stricto sensu* em administração, Barcelos *et al* (2015), já observavam que são raras as contribuições metodológicas, restringindo-se a algumas junções de técnicas, as quais não podem ser consideradas exatamente como inovações. De acordo com os autores, os resultados das pesquisas *stricto sensu* deveriam apresentar um novo instrumento de coleta e de análise, uma abordagem diferenciada (por exemplo, um modelo específico de investigação considerando a complexidade do fenômeno) ou um modelo de pesquisa que servisse como orientador de uma trilha de investigação. Para Barcelo *et al* (2015), a construção do conhecimento através da pesquisa científica, seja numa linha positivista contemporânea de experimentação e



erro, seja numa linha fenomenológica de imersão no fenômeno exige aquele passo adiante, aquela proposição que vai além do conhecido.

Embora a complexidade do mundo contemporâneo e do tema do desenvolvimento possam ser uma tentação para uma pluralidade ou ecletismo metodológico, Tonet (1995) também alerta para os riscos desta flexibilização. Segundo o autor, percebe-se que algumas vezes, nos debates em ciências sociais, uma posição mais dogmática (ou coerente) em termos ontológicos e epistemológicos é vista como uma recusa ao debate, o que é um grande equívoco, pois a mesma problemática pode ser analisada com base em diversas dimensões epistêmicas, possuindo algumas uma maior ou menor consistência aos objetivos propostos.

Entretanto, a variedade de olhares que um mesmo tema possa receber e a diversidade de métodos de investigação igualmente aplicáveis não justifica que se ignore os métodos ou que se incorpore uma pluralidade metodológica não coerente. Isto não significa que não possa ser considerado o proposto por De Paula (2016) que, ao criticar a excessiva rigidez paradigmática de Burrell e Morgan (1979) e Burrell (1996), sugere que determinados temas podem se posicionar, em alguns aspectos, em mais de um paradigma, mas isto não autoriza uma displicência metodológica.

Entende-se que uma maior consistência metodológica talvez pudesse fazer com que alguns questionamentos e debates contribuíssem a que os egressos destes programas superassem uma perspectiva de opinião e avançassem para uma de conhecimento. O fato de se ir a campo com um instrumento de coleta de dados, com um cabedal estatístico para definição de amostra ou até mesmo respaldado em uma robusta teoria ou uma “enciclopédica” revisão bibliográfica, não garante a produção de conhecimento sem uma matriz epistemológica consistente de articulação. Talvez este aspecto possa explicar, em alguma medida, o fato que sucessivos estudos de caso, mesmo com a aplicação das mesmas técnicas, não consigam “conversar” entre si e produzir acúmulos ou ainda pior, impactar socialmente seja na concepção/implementação de políticas de desenvolvimento, ou ainda em uma evidenciação consistente de que políticas são necessárias.



Neste ponto poder-se-ia, finalmente, alegar que na prática, o principal capital gerado pelos programas *stricto-sensu* seja seus egressos e a atuação destes na sociedade, e não necessariamente, suas pesquisas. Se assim for, e pela fragilidade epistêmica observada em algumas dissertações, não se deveria aproveitar melhor a oportunidade de garantir também uma consistência em termos de métodos de pesquisa (e não somente de técnicas) no perfil destes egressos em desenvolvimento regional?

## 5 Considerações Finais

Em um país imerso em um conjunto de desigualdades regionais como o Brasil, a produção de pesquisas na área de planejamento urbano e regional é uma luz com reais possibilidades de contribuir à construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Para tanto, é fundamental a formação de quadros competentes com uma adequada perspicácia social e consistência metodológica que possam interferir em dinâmicas regionais considerando suas especificidades e possibilidades. Os programas *stricto sensu* nesta área tem há diversos anos trabalhado de modo competente na formação destes quadros e, para tanto, tem sido conduzidas um conjunto de pesquisas que em grande parte são forjadas a partir das dissertações e teses destes novos pesquisadores.

O presente artigo propôs-se a realizar uma sistematização desta produção de dissertações e teses dos últimos cinco anos no estado do Rio Grande do Sul a partir da premissa que é possível produzir um alinhamento nas investigações e gerar um acúmulo de conhecimento. O que se percebe após esta primeira análise é que, principalmente no que concerne as dissertações, sua principal, e muitas vezes única, contribuição tem sido de instrumentalizar a formação dos egressos destes programas e somente de modo marginal tem conseguido gerar novos conhecimentos que possam contribuir a consecução do objetivo primeiro.

Embora cumprir este papel já seja uma grande contribuição, é possível desejar mais e, para tanto, talvez seja necessário um debate consequente e sincero sobre o modo como a dimensão metodológica, principalmente em sua dimensão ontológica e



epistemológica, tem sido tratada e conduzida por cada aluno, orientador e programa. Percebeu-se que em diversos estudos estas dimensões são tratadas de modo bastante protocolar o que acaba tornando o produto de muitas dissertações um trabalho único, não por seu caráter inovador, mas pela dificuldade agregar-se a outras produções por fragilidades metodológicas.

Se for considerado o conjunto de produções com foco nos fatores e políticas de desenvolvimento, análise de organizações, de comportamento e as pesquisas em governança organizacional e territorial e garantida uma integridade metodológica mínima, talvez fosse possível desejar que o todo da produção acadêmica gaúcha na área de planejamento urbano e regional fosse significativamente superior a soma de suas partes.

## Referências Bibliográficas

BARCELOS, E.J.B., EULEUTERIO, L.R., GIGLIO, H.M. Análise crítica das contribuições das teses brasileiras sobre o tema de redes. **Revista de Administração: Ensino e pesquisa**. Rio de Janeiro. V. 16 No. 1 P. 41-69, JAN FEV MAR 2015.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. Elements of the Sociology of Corporate Life. Vermont: Ashgate, 1979. 432 p.

BURRELL, G. Ciência Normal, Paradigmas, Metáforas, Discursos e Genealogia da Análise. In: CLEGG, S. et al. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. v.1. São Paulo: Atlas, 1996/1998. 439-462 p.

CAPES, Planilha de Indicadores, disponível e:

<http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/resultados/planilhas-comparativas>, acesso em 10/04/2017

DE PAULA, A.P.P. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v.14, n.1, artigo 2, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2016.

FACCAT, Banco de teses e dissertações do Programa de mestrado em Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/?q=mestrado>. Acessado em 10/04/2017



FERREIRA, V. O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos. In: SILVA, A.S.; PINTO, J.M. **Metodologia das ciências sociais**. 10ª ed. Porto: Afrontamento, 1999.

FRANTZ, W.; SILVA, E.W. **As funções sociais da universidade**. Ijuí: Unijuí, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HUGHES, J. **A Filosofia da Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MATTEDI, M.A. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, 2(2), p.59-105, primavera de 2015.

MILES, M.B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook**. 2ª ed. London: Sage Publications, 1994.

MINAYO, M.C.S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

PAVÃO, Y. M. P.; SEHNEM, S.; GODOI, C. K. A Postura Hermenêutica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 6, 2010. Florianópolis. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. 1 CD ROM.

PAVIANI, J. **Universidade comunitária: um modelo alternativo de universidade**. Caxias do Sul, 1985. (mimeo).

SILVA, Edna L. & MENESES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, 2000.

SILVA, AS.; PINTO, J.M. **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 1999.

TONET, I. Pluralismo metodológico: um falso caminho. **Revista Serviço Social e sociedade**, ano XVI, 1995.

TRIVINOS, A.S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992

UNIJUÍ, Banco de teses e dissertações do Programa de mestrado e doutorado e desenvolvimento regional. Disponível em: <http://www.unijui.edu.br/estude/mestrado-e-doutorado/desenvolvimento>. Acessado em 10/04/2017

UNISC, Banco de teses e dissertações do Programa de mestrado e doutorado e desenvolvimento regional. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/145>, Acessado em 10/04/2017

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



YIN, R. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PLATAFORMA SUCUPIRA, Documento de área de avaliação: Planejamento Urbano e Regional / Demografia. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf;jsessionid=4Zbv-xPTSjGbfeCZadj9POZx.sucupira-213>.

Acesso 10/04/2017